



RESENHA: DA HIPÓTESE DOS NOMES

REVIEW: OF NAMES HYPOTHESES

MEDEIROS, Décio de ¹

RESUMO

Resenha intitulada Da hipótese dos nomes apresenta a obra de Platão, *Crátilo*. Traduzida por Carlos Alberto Nunes e Coordenação de Benedito Nunes, foi publicada em Belém pela Editora da Universidade Federal do Pará. A versão resenhada data da 3ª edição revisada de 2001.

Palavras-chave: Hipótese. Nomes. Platão. Crátilo.

ABSTRACT

Review titled From the Name Hypothesis presents Plato's work, *Cratylus*. Translated by Carlos Alberto Nunes and Coordination of Benedito Nunes, it was published in Belém by the Federal University of Pará Publishing House. The revised version dates from the 3rd revised edition of 2001.

Keywords: Hypothesis. Names Plato *Cratylus*.

¹Graduado em Letras - Português; Pós-graduado em Letras - Leitura, Produção de textos e Gramática; Graduado em Direito: titulações pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos anos de 2005, 2009 e 2017, respectivamente. . E-mail: deciomdrt@gmail.com. CV LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3643466853918396>.



Essência. Convenção.
Essência-Convenção.
Da hipótese dos nomes.

Supondo que existisse uma realidade objetiva das coisas, tudo o que se visse estivesse aqui, ali, acolá, de forma objetiva à frente do indivíduo, como se daria a relação do homem com ela? De forma direta: homem x coisas? ou de forma semidireta: homem + linguagem x coisas?

De uma forma ou de outra, essa questão realça um debate renovado acerca da justeza dos nomes. Afinal, os nomes espelham a essência das coisas nomeadas, ou os nomes representam um acordo entre determinada comunidade linguística para nomear as coisas? Ou mais: os nomes representam um acordo de homens, sob certas disposições e finalidades naturais das coisas?

A obra *Crátilo*, de Platão, concretiza essa investigação acerca da justeza dos nomes por meio de um diálogo entre duas personagens: Crátilo e Hermógenes, intermediado por Sócrates. Na ocasião, o leitor atesta a força persuasiva do intermediador ao apresentar algumas possibilidades do surgimento e/ou criação dos nomes.

Pois bem. A seguir, amalgamam-se o enredo do diálogo, os comentários e encaminhamentos conclusivos de um leitor da obra.

De antemão - por se explorar um tema filosófico -, anote-se que (1) chegar à verdade das coisas é o objetivo último da filosofia e (2) construir hipóteses e debatê-las pavimentam a estrada que leva à verdade filosófica. Resumidamente, a explicação filosófica da justeza dos nomes implica apresentar uma hipótese e, dialeticamente, “convencer” o interlocutor de que se trata da hipótese mais provável para chegar à verdade das coisas.

Nesse esquema discursivo, apresentam-se duas hipóteses/teses. Para Crátilo, cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, mas que,

por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os Helenos como entre os bárbaros em geral. Para Hermógenes, seja qual for o nome que se dê a uma determinada coisa, esse é o nome certo; e mais: se substituirmos esse nome por outro, vindo a cair em desuso o primitivo, o novo nome não é menos certo do que o primeiro.

Exsurge Sócrates.

De um lado, convidado por Hermógenes para intermediar o debate com Crátilo, firma o pressuposto de que os primeiros atribuidores de nomes eram conhecedores de fenômenos celestes. A partir daí, desenvolve a tese naturalista da origem dos nomes, ou seja, os nomes representam naturalmente as coisas.

À luz do naturalismo, (a) sabe-se que, para cada ação, há certas disposições “naturais”. Tomem-se como exemplos as ações de cortar, de furar, de falar. Corta-se (com as mãos) de posse de um instrumento cortante (uma lâmina); fura-se (com as mãos) de posse de um instrumento perfurante (uma lança); fala-se (com o aparelho fonador, conjunto de órgão) fazendo uso de nomes, que, por sua vez, utiliza-se de letras/sons, sílabas.

Sublinhe-se que a lâmina, o perfurador e os nomes podem ser forjados por diferentes matérias-primas, como o ferro, o aço, a madeira, o plástico e os elementos linguísticos de determinadas línguas naturais (português, francês, espanhol, inglês, etc). Ademais, cada ação tem uma finalidade específica e seu produto é reconhecido por aquele para o qual se destina. Os indivíduos reconhecem a apropriação da lâmina para cortar, do objeto perfurante para furar, da combinação de letras/sílabas para construir determinados nomes (*dog*, para os ingleses; *chien*, franceses; cachorro, portugueses).

A partir disso, algumas variáveis são muito importantes para sustentar tal explicação da justeza dos nomes. Uma delas é que as coisas se destinam a uma finalidade específica, e seu destinatário final reconhece esse papel das coisas. Outra: os destinatários fazem parte de uma comunidade linguística específica (falantes da língua portuguesa,



francesa, espanhola). Mais ainda: as ações (de falar, de cortar, de pintar, etc) são sempre apropriadas. Fala-se utilizando nomes para designar coisas, tendo como destinatário um público que reconhece o objeto a partir do nome atribuído a ele. Em arremate: na origem das coisas, não havia uma comunidade para convencionar.

De outro lado, embora se reconheça que o ideal seria que todas as palavras, ou a maioria delas, fossem semelhantes, isto é, apropriadas às coisas designadas, é forçoso concluir que a convenção e o costume contribuem igualmente para exprimir o que há no pensamento, no instante em que se fala. As palavras decorrem da convenção entre os homens.

À luz do convencionalismo, **(b)** as palavras nascem de um acordo entre os falantes. Não fosse assim, uma palavra numa língua seria igualmente escrita nas outras. Mas não é isso que se constata: por exemplo, em português, tem-se “cão”; em inglês, “dog”. Ou seja, a primeira vista, cada comunidade linguística representa as coisas como lhe apraz.

Sublinhe-se, aliás, que Sócrates ilustra a dificuldade de identificar o real significado de determinados nomes e de sustentar, a não ser por conjecturas, uma natureza das coisas espelhadas nos nomes.

Ante essa barreira, eleva-se a possibilidade do caminho da imitação. Afinal, o nome poderia ser uma espécie de imitação da essência das coisas por meio de letras e sílabas? Reduziu o legislador de nomes todas as coisas a letras e sílabas e criou para cada ser um sinal e nome apropriados, para formar por imitação os demais nomes, a partir desses elementos primordiais? O “criador de nomes”, por exemplo, tendo a necessidade do O para exprimir a ideia de redondo (*gongylon*), tê-lo-ia empregado com mão larga nesse vocábulo. Isso suscitaria um modo de tornar patente a natureza das coisas.

Todavia, o intermediador pondera parecer ridículo virem a ser conhecidas as coisas pela imitação das letras e das sílabas; mas teria de ser assim, segundo ele, pois o

homem não dispõe de nada melhor a que recorrer para ajuizar a verdade dos primeiros nomes, a menos que, por exemplo, atribua o estabelecimento dos nomes primitivos aos deuses, e que por isso mesmo estão certos. Ao cabo, reconhecendo a incapacidade humana de espelhar a essência das coisas por meio dos nomes, estabelecem-se suposições a serem explicadas coerentemente a partir de uma tese fixada.

Nesse caminho, abrindo espaço mais direto para o convencionalismo, pode-se construir o seguinte cenário e concluir uma hipótese: no debate entre Sócrates e Crátilo, estes concordam, por exemplo, que a letra *r* tem semelhança com asperidade (essa letra “sugeriria” asperidade); e a letra *l* com o que é liso, e mais: entre dois povos distintos, o *r* e o *s* em final de palavras (*sklêrotêr* x *sklêrotês* = asperidade) têm o mesmo valor; aliás, se um imagina que está falando algo que o outro reconhece que seu interlocutor pensa justamente naquilo que falou, resume-se isso a um acordo entre os homens. Minimamente, a convenção e o costume contribuem para exprimir o que temos no pensamento, no instante em que falamos.

Ademais, quem pode garantir que um possível legislador negligenciou ou não percebeu um erro diminuto na origem da formação dos nomes e a partir do que estabeleceu seguiu “coerentemente” seu mister? Disso o convencionalismo não padece. Se convencionou algo assim, qui-lo assim.

Impende encaminhar um desmembramento do problema. Uma separação. Trata-se de conhecer as coisas sem o auxílio dos nomes. Conhecer uma coisa por meio de outras (assim como conhecem-se nomes por meio de nomes), no caso de haver parentesco entre elas ou cada uma por si mesma. Nesse caso, deparando-se com aquilo que às coisas é estranho e diferente, indica-se, na verdade, aquilo que lhes é diferente e estranho, nunca as próprias coisas.

Se, de fato, é possível aprender as coisas tanto por meio de nomes como por meio delas próprias, no caso, este caminho



parece mais seguro e mais belo.

Na verdade, volve-se para princípios fundamentais às duas teses debatidas no diálogo. De um lado, parte-se do princípio de que as coisas permanecem em repouso (mas o que se movimenta, se transforma, desaparece?, sem nunca perder a forma inicial?); de outro lado, de que as coisas estão em movimento (mas de que modo o que nunca se encontra no mesmo estado poderá ser alguma coisa?). A rigor, não se trata de quem está com a razão, mas de quem chega, por um lado ou por outro, coerentemente à verdade (filosófica) por meio do discurso dialético.

Outrossim, o modo de alcançar o conhecimento das coisas, ou de descobri-las, é questão que talvez ultrapasse a capacidade do homem.

Em última análise, a personagem Sócrates encaminha a conclusão do debate no sentido de que as palavras não teriam uma origem natural; no entanto, esta origem tampouco seria antinatural. Demais, o fazedor de palavras agiria convencionalmente a partir de disposições “pétreas” para atingir seu mister. Assim como se fabrica uma mesa, necessariamente, orientado por suas disposições (não interessa do que se fabrica a mesa: madeira, plástico, borracha, metal, nem a cor, mas, para ser reconhecida como tal, exige-se que tenha disposições de “mesa”: possibilite um suporte para refeições, estudar, etc) e para um determinado fim (para refeições, para estudar, etc); criam-se nomes sob regras (de língua natural, português, inglês, espanhol) para um determinado fim (nomear as coisas).

Referencias

PLATÃO, *Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Coordenação Benedito Nunes. Belém, Editora da Universidade Federal do Pará. 3ª edição revisada. 2001.